

Rondônia constrói hidrelétrica sem fazer relatório ambiental

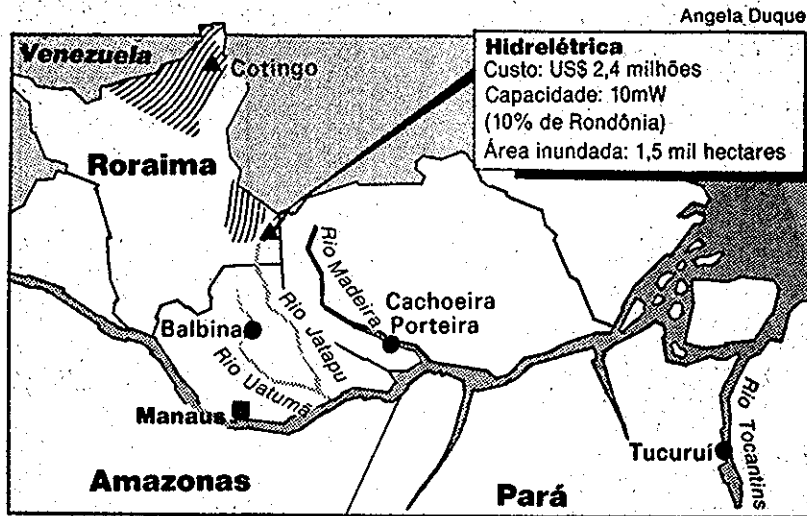
Orlando Farias

MANAUS — É possível construir uma hidrelétrica na Amazônia de forma silenciosa, sem atrair a ira dos ecologistas? O governo de Roraima está provando que sim, construindo em tempo recorde a hidrelétrica do Jatapu, no sul do estado, divisa do Amazonas com Pará. O silêncio para evitar a interrupção da obra vem sendo mantido por causa da falta do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), conforme revelou o superintendente do Ibama em Roraima, João Cunha Blós. Ele acrescentou, no entanto, que o governo de Roraima solicitou à sua secretaria do Meio Ambiente um estudo semelhante, cujo resultado foi negativo.

“Não mandei fazer nenhum levantamento sobre a hidrelétrica do Rio Jatapu em função dessa circunstância e até porque não saiu a licitação para a obra”, revelou o superintendente. Construída desde janeiro a um custo de US\$ 2,4 milhões e com previsão de capacidade instalada para 10 mW, a hidrelétrica vai atender apenas a 10% da demanda atual de Roraima, mas é essencial para o desenvolvimento da região mais produtora do estado, onde o governador Ottomar de Souza Pinto vem realizando um programa de assentamento de colonos.

Segundo o porta-voz do governo roraimense, Manoel Lima, a hidrelétrica vai inundar apenas 1,5 mil hectares e ajudar a ampliar a safra de grãos do estado, que no ano passado comemorou a produção de 1.050 sacas de arroz. Lima cita ainda a vantagem da localização da hidrelétrica estar fora da reserva dos índios Wai-Wai, mas reconhece que a próxima usina a ser construída pelo governo roraimense — Cotingo —, na fronteira com a Venezuela, fica dentro das terras das tribos Maouxi e Wapichana. “Nesse caso, entretanto, são os próprios índios que querem a sua construção para terem luz elétrica em suas aldeias”, garante Manoel Lima.

A Funai comprovou que a hidrelétrica fica fora dos limites das terras



dos 1.300 Wai-Wai, embora a apenas 20 km da reserva. “O problema é que a usina fica na cabeceira do Rio Jatapu e suas águas represadas vão correr mortas em direção às terras dos índios”, diz o administrador da Funai em Boa Vista, Glênio da Costa Alvarez, que em março encaminhou o caso para a presidência do órgão em Brasília e até ontem não tinha tido resposta.

Corredor — O cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip Fearnside, prêmio Global 500 da ONU em 91, não conteve o susto ao ser informado sobre a construção da hidrelétrica. Depois de consultar o Plano 2.010 do governo federal, onde estão previstas várias usinas e não consta a do Jatapu, o cientista achou estranho que o projeto do empreendimento não tenha sido precedido de um debate sobre os seus vários impactos ambientais. “Foi por falta de debate e planejamento que ocorreram desastres ecológicos como os causados pela hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã”, diz ele.

A proximidade da usina de Jatapu com a de Balbina, e dentro de uma mesma linha imaginária que passa pela projetada hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Pará, faz Fearnside temer um corredor hidrelétrico

capaz de produzir grave agressão ao meio ambiente.

“Essa linha encachoeirada marca o encontro da parte central da Amazônia — onde, em épocas passadas, existia o oceano — com as águas vindas de Roraima, que não fazia parte desse continente, como comprova a sua geologia diferente”, afirma. O resultado desse fenômeno é que as cachoeiras desse corredor são pequenas, ao contrário das grandes quedas d’água do sul da Amazônia, onde há encontro da Bacia do Amazonas com as águas vindas do Planalto Central, e onde foi construída a hidrelétrica de Tucuruí.

□ A salvação das principais fontes de água da América Latina poderia evitar um desastre ecológico, mas os governos da região não têm tecnologia adequada para prevenir o mau uso desse recurso natural, afirmou o especialista nicaraguense em recursos hidráulicos, Eladio Zarate. Ele explicou que as principais lagoas e rios que abastecem de água as comunidades correm o risco de desaparecer por causa da destruição das matas e da contaminação atmosférica. A redução das florestas é de 370 mil hectares anuais, provocando também a diminuição da geração de eletricidade.